

**“ESSA É UMA HISTÓRIA DE FICÇÃO, NÃO ACONTECEU DE VERDADE, MAS PODERIA TER ACONTECIDO”: UMA OUTRA LITERATURA DO PRÉ-BRASIL A PARTIR DA OBRA O KARAÍBA**

**“THIS IS A FICTIONAL STORY, IT DIDN’T REALLY HAPPEN, BUT IT COULD HAVE HAPPENED”: ANOTHER LITERATURE FROM PRE-BRAZIL BASED ON THE WORK O KARAÍBA**

Maria Luciléia Gonçalves da Silva (URCA)

[leia.silva@urca.br](mailto:leia.silva@urca.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6085-4559>

Francisca Carolina Lima da Silva (URCA)

[carolina.silva@urca.br](mailto:carolina.silva@urca.br)

<https://orcid.org/0000-0001-7888-8925>

**RESUMO:** Esta pesquisa objetiva apresentar outra leitura sobre a história do Brasil a partir da obra *O Karaíba* de Daniel Munduruku (2018). A partir de um levantamento bibliográfico e utilizando-se dos pressupostos da Literatura Comparada, buscou-se apresentar outra perspectiva sobre a história do Brasil, a partir das vozes indígenas evidenciadas em uma narrativa metaficcional historiográfica. Esse processo evidencia as tradições e mundivivências indígenas, possibilitando novas reflexões sobre a conjuntura brasileira antes da invasão europeia, contribuindo para a desconstrução de narrativas estereotipadas acerca dos povos indígenas. Desse modo, este estudo possibilita o desenvolvimento de pensamentos críticos e reflexivos sobre o enfrentamento aos ideais colonialistas. Conclui-se que a literatura indígena brasileira evidencia o protagonismo dos povos originários, desconstruindo a versão unilateral da história propagada pelos europeus, e revelando um novo ponto de vista acerca da história do Brasil. Pretendemos dialogar com a história do Brasil e construir uma base teórica sólida a partir da crítica contemporânea recorrendo a nomes como Airton Krenak, Suene Honorato, Márcia Wayna Kambeba, entre outros autores e autoras que contribuem para esse debate.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura indígena; metaficção historiográfica; mundivivência indígena; cultura; sociedade.

**ABSTRACT:** This research aims to present another reading of the history of Brazil based on the work *O Karaíba* by Daniel Munduruku (2018). Based on a bibliographical survey and using

*the assumptions of Comparative Literature, we sought to present another perspective on the history of Brazil, based on the indigenous voices evidenced in a historiographical metafictional narrative. This process highlights indigenous traditions and worldviews, enabling new reflections on the Brazilian situation before the European invasion, contributing to the deconstruction of stereotypical narratives about indigenous peoples. In this way, this study enables the development of critical and reflective thoughts on confronting colonialist ideals. We conclude that Brazilian indigenous literature highlights the protagonism of the original peoples, deconstructing the unilateral version of history propagated by Europeans, and revealing a new point of view about the history of Brazil. We intend to engage in dialogue with the history of Brazil and build a solid theoretical base based on contemporary criticism, using names such as Airton Krenak, Suene Honorato, Márcia Wayna Kambeba, among other authors who contribute to this debate.*

**KEYWORDS:** *indigenous literature; historiographical metafiction; indigenous worldview; culture; society.*

## ***1 Introdução***

A colonização do Brasil resultou na desestruturação sociocultural dos povos indígenas que habitavam seu território. Durante a invasão europeia, as narrativas bráslicas foram construídas sob a ótica dos colonizadores, que justificavam o processo como uma missão civilizatória. No entanto, ao analisarmos de forma mais crítica este processo, percebemos que ele foi caracterizado pela violência, imposição cultural e destruição das pessoas, conforme argumenta Kauss e Peruzzo (2012).

Dessa forma, durante muito tempo, o que foi reverberado sobre a história do Brasil foi a partir de um discurso unilateral pautado na visão eurocêntrica, construído a partir dos diários de viagens dos colonizadores, como reforça Darcy Ribeiro (1995) ao discorrer a respeito da unilateralidade desse discurso: “o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. É ele quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas” (Ribeiro, 1995, p. 30). Esse discurso deixou uma lacuna no acervo histórico brasileiro, uma vez que as vozes nativas foram oprimidas, acontecendo então a terceirização desses discursos, a partir do momento em que o dominador passa a falar sobre eles e por eles. Para Spivak (2010), esta subversão do direito de os grupos sociais contarem a história da sociedade a partir da sua cultura, caracteriza-se como violência epistemológica.

É, então, na base dessa violência epistemológica que se constrói o conhecimento a respeito da história que antecede a chegada dos europeus ao Brasil. Na versão adotada como *Organon*, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144803

oficial, os povos originários são considerados bárbaros, selvagens e precisavam ser civilizados (Munduruku, 2018). O discurso colonial estruturou, portanto, visões preconceituosas sobre os povos indígenas, silenciando suas manifestações culturais e ignorando aspectos fundamentais para as culturas indígenas, como suas mundivivências e cosmovisões, baseadas em sabedorias milenares. A imposição de uma visão hegemônica, de base religiosa e eurocêntrica, acarretou a opressão desses saberes e tradições. Os processos cosmogônicos, centrais para a expressão cultural nativa, foram marginalizados, destacando a necessidade de compreender seu valor e significado.

O termo cosmovisão refere-se à concepção que os seres humanos têm do mundo, conforme explica Austin:

A cosmovisão está constituída pela diversidade de atos mentais que produzem ou inibem, dirigem, configuram, condicionam, intensificam ou diminuem ou modificam a ação humana. Estes atos são sensações, percepções, emoções, pensamentos (incluídos conceitos, juízos, raciocínios, crenças etc.) (Austin, 2016, p. 16).

Entretanto, o discurso oficial estabelecido e sustentado pelo cânone literário vem sendo confrontado pela crítica culturalista, que não só oportunizou um olhar diferenciado para esses textos, percebidos através dos espaços de silêncio e de emudecimento, mas busca o alargamento do caminho representativo desses indivíduos.

Esse processo irá demandar uma referenciação no mercado editorial, avultando no surgimento da produção de uma literatura indígena, produzida pelos próprios nativos. Nela, os autores indígenas irão encontrar o espaço oportuno para, através da ficção, unida a fatos históricos, recontar sua versão da história a partir da sua própria ótica e vivência, libertando-se das amarras dos estereótipos constituídos historicamente. Desse modo, a produção literária indígena se configura como instrumento político e de denúncia, ao passo em que busca demonstrar uma nova perspectiva sobre a história, e evidencia o protagonismo dos povos nativos na construção histórico-cultural brasileira (Dorrigo *et al.*, 2020).

Os textos da literatura indígena têm, portanto, muito a nos revelar, pois expressam um mundo diferente do nosso e daquilo que objetivamos sobre o seu mundo, é o que percebemos ao longo do Romance *O Karaíba: Uma História do Pré-Brasil* (2018), do escritor indígena Daniel Munduruku<sup>1</sup>. A obra apresenta elementos interessantes para o público jovem, como

---

<sup>1</sup> Daniel Munduruku é um escritor e professor paraense, pertencente ao povo indígena Munduruku, é Graduado em Filosofia e tem licenciatura em História e Psicologia. Tem Mestrado e Doutorado em Educação pela USP - Universidade de São Paulo e Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Diretor-presidente do Instituto Casa dos Saberes Ancestrais (uka), é autor de 50 livros para crianças, jovens e educadores. É Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. É membro da Academia de Letras de Lorena (SP).

*Organon*, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144803

romance, mistério e aventura. Também é composta por um enredo no qual fica claro que natureza e homem são indissociáveis. O autor deixa explícito, no início da obra, que apesar de apresentar aspectos relacionados à ficção, o texto traz histórias referentes ao período que antecede a invasão europeia em terras brasileiras, podendo, dessa forma, evidenciar a versão indígena acerca desse momento histórico.

Destarte, a partir da leitura e análise do Romance *O Karaíba*, buscaremos discutir e problematizar, a partir da visão indígena, temáticas importantes que por muito tempo foram abordadas apenas por um lado da história, a dos invasores. Dessa forma, podemos questionar: como viviam os povos indígenas brasileiros no momento histórico que antecede a colonização? Quais contribuições a metaficção historiográfica pode trazer para desconstruir estereótipos sobre os povos originários? Desse modo, este trabalho justifica-se pela necessidade de repensar sobre outras narrativas ligadas ao passado histórico do Brasil, a partir da visão nativa.

Metodologicamente, esta pesquisa utiliza-se da Revisão Bibliográfica, pautada na literatura comparada e estudos culturais. A literatura comparada nos fornecerá o aporte teórico e metodológico necessário, já que “seu objeto não é a gênese estética da obra literária, mas a história exterior da obra (acontecimentos, traduções, imitações etc.) ou o fragmento do material diverso que ajudou a construí-la (tradição literária)” (Croce et al., 2011, p. 72). Compreendendo a metaficção historiográfica como instrumento eficaz para o conhecimento acerca da vivência e organização dos povos nativos antes do processo de colonização, lançamos mão do método comparativo, o qual centra-se em compreender semelhanças e diferenças entre aspectos relacionados a comportamentos individuais, e fenômenos sociais (Lakatos et al., 2007). “Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelos espaços e pelo tempo” (Gil, 2008, p. 16-17).

Deste modo, nossa análise toma a obra *O Karaíba: Uma história do Pré-Brasil*, do escritor indígena, Daniel Muduruk (2018), como sustentáculo para as problematizações e discussões apresentadas nesse texto, buscando repensar outras narrativas sobre o passado indígena a partir de sua própria perspectiva. Neste sentido, o presente estudo objetiva repensar outras narrativas sobre o passado histórico do Brasil, a partir da metaficção historiográfica, aplicada à análise literária de uma obra de literatura indígena.

## ***2 Da oralidade à escrita: uma estratégia de resistência***

A exclusão das culturas indígenas resulta da colonização, que impôs uma visão eurocêntrica e marginalizou suas vozes. Distantes da escrita e dos cânones literários, suas narrativas foram negligenciadas, apesar da riqueza de suas tradições orais. Recentemente, autores indígenas têm usado a escrita para reafirmar identidades e combater estereótipos, promovendo o reconhecimento de suas literaturas.

Assim, a partir de 1990 foram criadas escolas indígenas, e a partir dessa oportunidade, começam a surgir os espaços para a atuação de professores indígenas, e “são esses professores que assumiram primordialmente a confecção de seus próprios materiais didáticos, fazendo com que suas histórias, cantos, mitos e poesias passassem do âmbito da oralidade para o âmbito da escrita” (Guesse, 2011, p. 2). Os povos indígenas passam a ter direito a educação, formação e atuação acadêmica, e segundo Almeida e Queiroz (2004), começam a construir, a partir de suas práticas de trabalho, a literatura das suas comunidades: chamados “livros da floresta”.

Entretanto, é importante destacar que o fato de não haver uma literatura escrita circulando no mercado editorial tradicional, não significa a ausência de cultura literária indígena sendo produzida e disseminada no contexto da memória cultural desses povos. Na verdade, isso revela o poder do discurso escriptocêntrico que rege nossa sociedade, em que o império da letra escrita se apropria da legitimidade da palavra.

Portanto, apesar de a literatura indígena ser apresentada secularmente de maneira oral, o sistema literário, até bem pouco tempo, cerceava-se em um núcleo escriptocêntrico, que reconhecia a legitimidade apenas da palavra escrita. Entretanto, não foi pelo caminho da entrada das poéticas orais nos estudos acadêmicos que a literatura indígena ganhou espaço, pelo contrário, foi necessário, como já afirmamos, que os povos nativos se apropriassem do conhecimento do Outro (escrita), para que o seu fosse reconhecido e legitimado como verdade, e para que pudessem projetar seu mundo pela letra.

Dessa forma, a partir das percepções nativas transmutadas para a palavra escrita, nos é possível acessar e compreender diversos aspectos característicos do sistema cultural nativo, a partir de sua própria experiência vivencial, que se coloca na representação estética e nos alcança através da alteridade. Nesse sentido, a argumentação de Ailton Krenak de que “a ecologia dos saberes deveria também integrar nossa experiência cotidiana, inspirar nossas escolhas sobre o lugar em que queremos viver, nossa experiência como comunidade” (Krenak, 2020, p. 24), se presentifica através da literatura.

Se por muito tempo, as manifestações culturais nativas foram vistas de forma folclorizada e estereotipada, aconteceram por falta de conhecimento acerca da temática ou pelo

conhecimento pautado em um discurso unilateral e preconceituoso. Atualmente nos é possível compreender essas manifestações a partir da própria perspectiva dos povos indígenas. Sobre o exposto, Guesse (2011) e Silva *et al.* (2024) destacam que as manifestações culturais, cosmogônicas e literárias indígenas têm sido, ao longo do tempo, objeto de estudos de várias áreas do conhecimento, como a antropologia, história, sociologia, educação e estudos literários. Essa situação vem passando por mudanças, uma vez que “a matéria estética desses textos, universo composto de expressão de ideias, de criatividade verbal e elaboração da composição narrativa, começa a ser considerada pelos estudos literários acadêmicos” (Guesse, 2011, p. 02). Esse processo amplia a propagação de discussões e reflexões sobre o fenômeno em tela.

A partir da produção literária indígena, se inicia uma produção crítica que se volta para suas questões étnicas e culturais, o que resulta, por sua vez, em um impulsionamento na recepção e na produção de obras dessa linha temática. Portanto, é importante destacar que uma característica significativa da literatura escrita indígena é relação intensa com a tradição oral, pois “são as narrativas tradicionais, as canções e poemas, antes transmitidos apenas através da oralidade, que estão sendo escritos pelos próprios indígenas” (Guesse, 2011, p. 02).

Os escritos nativos revisam aspectos históricos importantes para o contexto cultural destes povos, que foram editados pelo discurso não indígena. Uma vez que os processos cosmogônicos são fundamentais na manifestação cultural nativa, a sua produção literária permite uma melhor compreensão acerca do seu significado e importância, pois “os imaginários indígenas são grandes potências criativas de representações ontológicas e fenomenológicas humanas acerca da realidade, as quais emergem de processos coletivos, orais, sagrados e ancestrais” (Melo *et al.*, 2021, p. 1)

### ***3 Cosmovisão indígena: um estudo literário***

O discurso hegemônico dos colonizadores se ampara, sobretudo, na dimensão da religiosidade, através da imposição do Catolicismo como religião única para todos os povos. Desse modo, os colonizadores compreenderam como obrigatória a catequização massiva dos povos indígenas. Esse condicionamento da religião é um dos mais violentos golpes epistêmicos que as culturas nativas brasileiras sofrem, pois não foi levado em consideração o fato de que os nativos tinham sua religiosidade intrinsecamente ligada a seu *modus vivendi*.

Considerando as diversas dinâmicas culturais inerentes às diversas sociedades, na concepção religiosa dos povos nativos não existe um Deus, “sua fé se sustenta na figura de um

Ser de luz que podia ser o fogo, a água, a lua” (Kambeba, 2021, p. 4). Márcia Kambeba continua a problematizar a imposição do catolicismo como única religião verdadeira para as comunidades indígenas: “O branco achou que era pecado/invadiu meu ser espiritual, deixei de ser filha de Euaracy/A cruz se tornou meu sinal/Proibiram minha dança dizendo:/Não existe mais o seu Ritual” (Kambeba, 2021, p. 4). A imposição do catolicismo através da catequização é um fato que comprova a posição de poder de uma cultura sobre a outra.

Esse golpe epistêmico expõe a tentativa do dominador de editar e excluir as culturas nativas, uma vez que os princípios e tradições dos povos indígenas não foram validados. A partir da doutrina religiosa europeia, potencializada a partir dos autos de José de Anchieta, nos quais as tradições e rituais nativos eram apresentados como práticas pecaminosas e condenatórias, os indígenas eram expostos e subjugados (Bosi, 1996). Desse modo, os colonizadores discriminavam os saberes e culturas tradicionais, ao passo que evidenciavam a salvação pela prática religiosa europeia.

Os saberes acumulados culturalmente e os processos associados à cosmovisão desses povos foram editados e estereotipados pelo discurso eurocêntrico, uma vez que as vozes nativas vieram encontrar espaços apenas recentemente. Sobre essa problemática, Eliane Potiguara (1989) destaca que existem, contemporaneamente, ressignificações da cultura indígena, onde se alterou o conteúdo do texto, o final da história. O resultado disso é que escritores que não eram indígenas se apropriaram de lendas, histórias e saberes nativos, alterando-os para um texto escrito.

A partir da produção literária indígena, muitos autores nativos têm estrelado o protagonismo na luta pela revisão histórica e destruição dos estereótipos acerca da sua cultura, “narrando suas cosmovisões e imaginários ancestrais e tradicionais, com o intuito de que sejam ressignificados por perspectivas étnicas e identitárias em se considerando seus lugares de fala” (Melo et al., 2021, p. 3). A partir dela é possível, então, acessar a voz dos povos nativos e conhecer mais das suas culturas. Nesse contexto, Cristine Thiél (2006, p. 233) destaca que “a escrita desenvolvida por escritores indígenas brasileiros propõe uma revisão da história oficial do Brasil e a inclusão da perspectiva de comunidades consideradas periféricas frente à cultura hegemônica nacional”.

Neste sentido, na obra que sustenta as discussões deste texto, o Romance *O Karaíba - Uma História do Pré-Brasil*, nota-se a importância dos processos cosmogônicos para tais povos. O enredo já se inicia com a retomada da cosmovisão nativa, pois sua narrativa desenvolve-se a partir da chegada de um velho sábio chamado Karaíba, que passava pelas

aldeias anunciando a chegada de “fantasmas devoradores de almas, que irão destruir nossa memória e nossos caminhos. Tudo será revirado: as águas, a terra, os animais, as plantas, os lugares sagrados. Tudo” (Munduruku, 2018, p. 9). O enredo, por sua vez, se desenvolve em três aldeias, e deste modo o romance desconstrói a ideia equivocada de unidade relacionada às comunidades indígenas, demonstrando que os povos nativos coexistiam de forma plural, como nos é possível perceber nesse excerto de texto:

No território dos povos Tupi, o Sábio Karaíba anuncia a chegada dos fantasmas devoradores de almas, e revela que para resistir a ameaça uma guerreira Tupiniquim deveria se unir a um guerreiro Tupinambá, o fruto desta união seria um maíra, encarregado de estabelecer a união contra os fantasmas anunciados (Munduruku, 2018, p. 16).

A obra apresenta, portanto, a dinâmica cultural destes povos, que a partir da passagem do sábio, seguem seu aconselhamento, buscando vencer a ameaça proferida, e, deste modo, evidencia-se a relação dos nativos com seus antepassados e com a natureza, destacando a importância dos aspectos que tangem a sua cosmovisão, perceptível, por exemplo, neste diálogo entre Maraí e Perna Solta:

Nossa tradição, pequena Maraí, sempre foi movida pela fé nos sinais que esses sábios nos trouxeram. Por anos e anos deram sinais de que sabem dominar a leitura do tempo. Não cabe a nós ficar questionando essa sabedoria milenar. Afinal, para nós eles são Maíra, amigos íntimos do criador e nos falam as palavras sagradas vindas dele (Munduruku, 2018, p.9).

Na obra, o narrador evidencia os processos cosmogônicos indígenas, destacando as interpretações culturais como um processo que caracteriza a vida nativa. Destacando, deste modo, a importância da escuta para com os mais velhos e a necessidade de desligar-se da obviedade do campo físico para entender a sabedoria milenar de seus ancestrais: “o ancião apenas balançou a cabeça e disse que havia coisas que não podem ser aceitas pelos que vivem de olhos abertos. Para que se veja é preciso estar de olhos fechados e com o coração ligado à sabedoria do mundo” (Munduruku, 2018, p. 18).

A leitura da obra viabiliza o desenvolvimento de uma nova ótica sobre as culturas indígenas, possibilitando a compreensão de detalhes das suas vivências e processos cosmogônicos. Ao evidenciar que para os povos nativos a sabedoria está para além do pensar lógico, não se restringindo a aspectos observáveis e quantificáveis, o romance demonstra como os povos tradicionais se relacionam com o místico, mostrando uma relação entre os lados físico e espiritual, fazendo com que os indivíduos consigam interpretar sinais vindos da natureza, do vento, dos sábios. Esta sabedoria se manifesta na obra durante o diálogo entre Perna Solta e seu

avô: “A chuva escassa provoca morte. A terra seca dá sinais de escassez e tempos difíceis” (Munduruku, 2018, p. 38).

O texto apresenta um aspecto fundacional das culturas indígenas: a relação profunda e simbólica do ser humano com a natureza, transcendendo uma simples descrição ambiental, ao evocar memórias coletivas de períodos de crises e a relevância dessa conexão para superá-los. Sob a perspectiva da metaficção historiográfica (Hutcheon, 1991), esse fato implica que o autor não está apenas narrando, mas reconstruindo e reinterpretando a história cultural de seu povo, pontuando as consequências da invasão colonial para sua cosmovisão.

Deste modo, é perceptível a relevância dos processos cosmogônicos como marca cultural destes povos. A importância do elemento místico que transcende para essas sociedades é, portanto, fundamental, de modo que a ausência desta conexão dos povos com os processos cosmogônicos e culturais acarretaria problemas e desordem, como é possível observar nesta passagem da obra em análise:

A sede já se fazia sentir por toda região. Os pajés diziam que era por conta da descrença que estava se espalhando por toda aldeia. As pessoas já não queriam mais cantar, os cantos antigos e muito menos os rituais de gratidão, tão necessários para que a terra não retirasse suas bênçãos da comunidade (Munduruku, 2018, p. 37).

Estas manifestações evidenciam a conexão entre as comunidades e o Ser divino, podendo, a prática de suas crenças gerar bênçãos, mas sua ausência desencadeia sofrimento. Desse modo, os problemas abordados no trecho são metaforizados como sinais de um problema maior, não apenas ambiental, mas principalmente cultural e espiritual. O texto rejeita uma visão puramente científica dos eventos, propondo uma leitura que integra cosmologia, tradição e espírito.

Desafiando narrativas dominantes e evidenciando vozes marginalizadas, o autor busca a reconstrução de narrativas e a valorização das cosmovisões nativas, destacando o espírito de coletividade e interdependência que marca essas culturas, pois a sede da terra não afeta apenas o território, nem as pessoas, mas toda a aldeia. Outra reflexão que pode ser levantada é a de que os rituais e os cantos não são apenas celebrações individuais, mas eventos coletivos que fortalecem o senso de pertencimento e identidade. A perda dessas práticas reflete um enfraquecimento dos laços comunitários e coletivos.

O romance explora a forte ligação entre o místico e o real, bem como a relação profunda entre a natureza e o ser humano nas vivências coletivas dos povos nativos. Ele também enfatiza o sonho de um espaço paralelo de acesso ao conhecimento, no qual é possível encontrar soluções para problemas e estabelecer uma conexão espiritual com os antepassados e figuras

sábias, reforçando a importância da espiritualidade e da tradição: “O mundo em que nos movemos não é o único. Há o mundo dos sonhos, para o qual sempre nos deslocamos quando dormimos. Lá nos encontramos com os parentes que o habitam. Eles nos falam das coisas que acontecerão no nosso caminho” (Munduruku, 2018, p. 64).

Quanto a esse aspecto, Ailton Krenak explica que a conexão dos indivíduos com o místico e o divino pode se dar de diferentes maneiras, inclusive através de sonhos: “os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não conseguem fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades” (Krenak, 2019, p. 25). Destarte, estes povos buscam superar as perspectivas que envolvem fatores do mundo material, ancorando-se a pressupostos cósmicos, desapegando-se do lógico e palpável. Sendo, deste modo, necessário se desligar da obviedade para evoluir, compreender e sobreviver.

Neste sentido, o que se percebe atualmente é o destaque para produções literárias que tematizam a evolução espiritual, que aconselham o leitor a se desligar do passado, das angústias e se aproximar da natureza para ter uma vida mais leve. Entretanto, muitas vezes não se compreende que a sabedoria cosmogônica dos povos nativos antecede, portanto, todas estas produções de autoajuda que ocupam lugar de destaque na atualidade, porém, sua natureza oral, vítima do silenciamento hegemônico, ocasionou a marginalização das mundivivências nativas, não sendo retomadas nem referenciadas nas produções não indígenas.

Desta forma, a literatura indígena se apresenta como instrumento que pode potencializar as representações culturais dos povos nativos, demonstrando possuir não apenas potencial artístico, mas também político e revolucionário. Através da qual os povos originários se mostram autores e protagonistas de sua própria história. Expressando sua mundividência e construção sociocultural, mostrando novas versões, sem necessidade de que o colonizador, dotado de poder, fale por eles. Suené Honorato afirma:

A Literatura Indígena manifesta a reivindicação dos indígenas por se autorrepresentarem, como contraponto ao discurso hegemônico produzido por não indígenas, desde a considerada ‘certidão de nascimento do Brasil — a Carta de Pedro Vaz de Caminha — até os nossos dias’ (Honorato, 2020, p. 244).

E o que se revela disso tudo é a descoberta de um Brasil que não sabíamos que existia, versado em uma sociedade nativa que demonstra possuir uma elaborada estrutura social e cultural, ao contrário do que nos fizeram acreditar por tanto tempo, o discurso literário hegemônico, que legitimou, através da representação literária, a perspectiva exploratória dos povos nativos brasileiros.

#### **4 Metaficção historiográfica**

Considerando a importância da compreensão da cultura nativa a partir de suas próprias narrativas, destacamos que a literatura indígena pode possibilitar o processo de (re)conhecimento e reflexão do passado histórico do Brasil. Desta forma, partindo do pressuposto de que “a história como conhecimento é sempre uma representação do passado e que toda fonte documental para produzir esse conhecimento também o é” (Borges, 2010, p. 94), a literatura, oportunamente, representa um papel importante na construção desses sentidos históricos. Assim, é necessário compreender as relações estabelecidas entre história e literatura.

Os aspectos históricos são, por muitas vezes, evidenciados a partir de documentos e fatos comprovados cientificamente, porém, o método comumente utilizado pela história para compor suas narrativas sobre o passado se ampara no discurso. Dessa forma, a literatura, enquanto discurso e linguagem, pode funcionar como documento histórico, e, quando se propõe a essa finalidade, um questionamento se coloca diante de nós: a Literatura pode ser considerada realidade? Como ela poderia recontar uma versão histórica a partir de sua criação? Buscando pensar essas e outras questões semelhantes, Terry Eagleton argumenta:

A literatura parte da realidade, mas não é a realidade. Da mesma forma, a realidade está presente em qualquer texto fictício, por mais fantasioso que seja. A compreensão da literatura como um fenômeno paradoxal: A literatura nasce da realidade, mas incorpora esta de uma forma irreversível ao ponto de partida (Eagleton, 1983, p. 13).

Além disso, Linda Hutcheon (1991) afirma que os romances famosos e populares são intensamente autorreflexivos, e, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos. Este fenômeno denomina-se metaficção historiográfica, cujo conceito central, segundo a autora, ancora-se na ideia de que “é a presença do passado, que muitas vezes é realizada sob a forma das narrações históricas paradoxais, cujo traço comum é a tentativa de instituir uma relação dialógica entre o presente e o passado” (Hutcheon, 1991, p. 22), de forma reformulada, que explica o presente.

Nesse sentido, *n'O Karaíba*, é possível compreender uma nova visão acerca da história contada sobre o Brasil, distinta da que fora instaurada pelos colonizadores como verdade hegemônica, na qual os nativos eram selvagens e os europeus civilizados, a partir de uma concepção eurocêntrica. Todavia, ao se debruçar sobre a obra, percebemos que, na versão nativa, os colonizadores se configuram como opressores, desencadeando novos pontos de reflexão, como podemos observar na seguinte passagem:

Vejo fantasmas se aproximando de nossas casas, eles são malvados, peludos como macacos, mas têm o corpo coberto como se fossem pássaros cheios de penas. Chegam mansos, pelo grande Paraná através de igaras gigantes empurradas pelo vento [...]. Nossos parentes de lá serão enganados e os receberão com alegria até descobrirem que vão virar escravos. Será o fim deles (Munduruku, 2018, p. 121).

Como podemos analisar, aqui o narrador faz a representação de um mau presságio, a partir do qual se revela uma nova ótica sobre a história, instaurando processos que envolvem a ficção enquanto recurso contra-hegemônico. Neste sentido Hutcheon (1991) atribui a metaficção historiográfica a função de problematizar os processos desencadeados nas relações sociais, configurando-se como ferramenta para repensar histórias já ouvidas e vistas, tidas como verdadeiras, possibilitando a releitura e ressignificação dos sentidos apresentados pela via colonizadora. Dessa forma, a metaficção historiográfica nos induz ao desenvolvimento de uma autoconsciência teórica, que desconstrói teorias hegemônicas.

Desta forma, compreende-se que o escritor não cria a partir do nada, mas a partir de histórias já vistas e ouvidas, bem como a partir de utilização de aspectos e personagens conhecidos no âmbito de suas vivências, como explica Valdeci Borges: “O literato não cria nada a partir do nada. Não se faz literatura sem contato com a sociedade, a cultura e a história” (Borges, 2010, p. 103).

O texto literário existe, portanto, a partir da realidade social, das interações e experiências absorvidas pelo seu autor (Candido, 1976). Desta forma, através da apropriação de personagens e fatos históricos, os autores criam suas obras, reconstruindo e recontando estes fatos e outros, que surgem a partir do processo de fabulação. Assim, empreende-se a importância da literatura como espaço de manifestação, a partir do qual podemos encontrar uma nova maneira de repensar a história. No caso dos fatos e personagens que perpassam pelo processo de intertextualidade, a eles é concedido uma nova roupagem, a partir da qual o leitor absorverá uma nova ótica sobre os processos históricos expressos na produção literária. Nesse sentido, Davi (2007) argumenta que o autor literário não se configura como simples observador dos acontecimentos sociais, ele os ressignifica, produzindo assim um novo sentido e os devolvendo à sociedade.

Entrelaçando ficção e realidade como uma forma de fazer uma releitura da história já contada, os autores produzem novas obras, que ressignificam o conhecimento já consagrado pelo leitor. Conforme argumentamos anteriormente, a produção literária expressa a maneira como seu autor se relaciona e se insere numa determinada sociedade, entendendo-a como uma prática intelectual que constrói uma história da cultura e da sociedade, instituindo uma memória

em detrimento de outras (Ginzburg, 2007). Nesse contexto, recorrer à literatura como fonte de documento histórico de um povo, possibilita:

Acessar o imaginário social colhendo informações, muitas vezes, não encontradas em outras fontes ou perdidas por tantas, como àqueles referentes às formas de agir e se comportar, de pensar e sonhar, de sentir e relacionar etc. próprias de um tempo, de um lugar e de um grupo social (Borges, 2010, p. 106).

Ainda que não seja um retrato da realidade, a produção literária parte do que já existe, trazendo novos sentidos sobre esse dado. Neste processo, o imaginário social contribui para o enriquecimento do texto, pois possibilita a manifestação daquilo que é conhecido por uma gama social sem voz e espaço para manifestar suas experiências. Amparada nessa perspectiva, Leyla Perrone-Moisés explica que “a literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretende dizer” (1990, p. 102).

Destarte, a escrita literária se debruça sobre a realidade sem se limitar a ela, trazendo aspectos ilógicos e imateriais que carregam significação para aqueles que a produzem, podendo assim explorar temáticas e processos culturais que talvez em outro tipo de documento histórico não teriam visibilidade. Desta forma, argumenta-se a importância da literatura na compreensão e revisão da história, a partir da consideração do que a própria história tem de ficcional. Perrone-Moisés (1990, p. 108) afirma que “representar o que poderia ter acontecido sugerir o que poderá acontecer, é revelar possibilidades irrealizadas do real”. Neste sentido compreende-se que a união entre ficção e realidade possibilita uma nova ótica sobre os aspectos históricos já conhecidos, através dessa fusão pode-se conhecer uma infinidade de outras versões acerca da mesma história.

Portanto, é inquestionável a contribuição da metaficção historiográfica para o conhecimento e reconhecimento de aspectos sociais e históricos de um povo, a partir dos quais é possível obter uma nova ótica do discurso adotado como oficial, “questionando-o, reconstruindo-o e ressignificando-o, assim como seu potencial em revelar novos discursos que foram silenciados ou marginalizados, pois a literatura nunca está afastada do real” (Perrone-Moisés, 1990, p. 109).

Neste sentido, compreendendo a Literatura também como fonte de produção histórica, é perceptível a importância de sua vertente indígena para a ressignificação do passado histórico do Brasil, pela ótica dos povos originários, sendo um “campo de produção e discussão recente no Brasil; situa-se como contraponto a um longo processo de silenciamento das vozes indígenas” (Graúna, 2013, p. 178).

Nesse contexto, da recriação e ressignificação da história, vale ressaltar que no Brasil arquitetou-se um imaginário de conciliação e pacificação sobre o tema, onde a fusão da cultura europeia com a indígena ocorreu de forma pretensamente pacífica e civilizada, porém, essa retórica disfarça a escravidão e os genocídios dos povos originários, através de guerras que os colonizadores consideravam justas, mas nas quais se autorizavam o extermínio das sociedades que recusavam a civilização (Godet, 2012).

Dessa forma, o colonialismo gerou um paradoxo cultural resumido na política dual colonialista baseada nas ações militar e missionária, dividiu a população indígena entre aqueles determinados a resistir (os assim chamados tapuias), e aqueles que concordavam em abandonar os costumes tribais e submeter-se ao regime dos povos jesuítas (Godet, p. 03, 2012).

A partir da obra *O Karaíba* (2018) percebe-se, portanto, a chegada dos colonizadores não como um acontecimento pacífico e favorável aos povos nativos, mas como algo que vinha para desestruturá-los e escravizá-los, uma vez que o velho sábio Karaíba refere-se à chegada de devoradores comedores de alma, e lamenta o estrago que eles fariam para o seu povo: “Não sobrarão nem vestígios de nossa passagem sobre esta terra onde nossos pais viveram” (Munduruku, 2018, p. 08).

O processo de colonização como domínio, escravização e exploração dos povos originários é percebido desde as primeiras páginas do romance, rompendo com o mito da miscigenação pacífica e civilizada, alimentado pelo discurso eurocêntrico:

Os ancestrais que ficaram mais ao Norte se multiplicaram e foram inventando instrumentos para conquistar a natureza. Eles foram se distanciando cada vez mais do espírito de nossos antepassados e decidiram fabricar armas perigosas para dominar as pessoas e escravizá-las (Munduruku, 2018, p. 18).

Além disso, é enfatizado a invisibilização indígena no discurso oficial, dando destaque para a forma como os povos originários foram estereotipados. O autor aponta para o cruzamento entre ficção e história/memória, possibilitando reconstruir a história unilateral, conforme o próprio texto argumenta:

Esta é uma história de ficção. Não aconteceu de verdade, mas poderia ter acontecido. Isso porque o que narro aqui são acontecimentos que antecederam a chegada dos portugueses em terras brasileiras. Não existem, portanto, registros escritos do que havia antes a não ser as inscrições das cavernas, que nos obrigam a um exercício de imaginação e pesquisa se desejarmos remontar um pouco do que de fato aconteceu. O que sabemos é o que os europeus deixaram escrito. Claro que esses textos abordam uma visão eurocêntrica [...]. Nessa visão, os indígenas eram selvagens, atrasados, desorganizados, canibais e preguiçosos. [...] Nem humanos eram (Munduruku, 2018, p. 5).

Conforme podemos observar através das análises empreendidas até aqui, *O Karaíba* se consolida como proposta de desconstrução de estereótipos, criados acerca dos povos nativos. Através dele, percebe-se que há uma organização social, uma hierarquia dentro das comunidades e que há respeito destes povos pelos seus líderes, antepassados e pela natureza. A narrativa objetiva mostrar o indígena como ser humano, desvinculando-o da imagem de selvagem, e revelar que as sociedades indígenas eram estrategicamente organizadas e evoluídas, ao contrário do que nos fizeram acreditar o discurso hegemônico. Dessa forma, ainda que distinta das perspectivas eurocêntricas, as comunidades nativas apresentam organicidade cultural.

A partir do contato com a obra percebe-se, portanto, que na tradição nativa, por exemplo, as mulheres nascem para casar e ter filhos: “as mulheres do nosso povo precisa ter um companheiro para procriar, tem sido assim por muito tempo” (Munduruku, 2018, p. 26), enquanto os homens devem defender suas mulheres e crianças, e devem enfrentar a guerra com coragem e jamais fugir dos inimigos: “os homens estavam prontos, eram guerreiros. Foram treinados para o sofrimento” (Munduruku, 2018, p. 79).

Além disso, o que se tem revelado recentemente sobre essas comunidades, principalmente através da escrita ficcional, vislumbra que elas são sociedades governadas por caciques que coordenam, guiam e zelam pela comunidade, pajés que exercem liderança religiosa, e por sábios e conselheiros chefes a quem cabe orientar a comunidade em momentos de crises. Cada uma das lideranças representa, assim, posições que são respeitadas.

N’*O Karaíba* há a manifestação da importância das mundivivências e cosmovisão indígena, expressadas na conexão com a intuição e a ancestralidade: “estamos esperando um sinal de nossos sábios ancestrais” (Munduruku, 2018, p. 13). O relacionamento com a natureza e a interpretação dos sinais enviados por ela, também evidenciam a conexão entre os nativos e a cosmogonia na obra: “Maus presságios. Ventos gelados em tempos quentes. Não são bons sinais. chuva que não molha o chão no tempo certo, sinal de sofrimento” (Munduruku, 2018, p. 59). O desenrolar do enredo ocorre com a união dos três povos: “tudo se encaminha para um desfecho pacífico” (Munduruku, 2018, p. 111). A ausência de conflito direto entre as três aldeias se configura como um elemento de desconstrução do estereótipo selvagem que foi atribuído aos povos originários pelo discurso do colonizador.

Além disso, a narrativa expressa à festividade nativa, o valor atribuído às tradições e aos rituais de passagem. Estes sentimentos são evidenciados na cerimônia de casamento de Periantã com Potyra, e de Perna Solta com Maraí: “A cerimônia de casamento destes jovens traz a

benção dos criadores. Eles serão felizes” (Munduruku, 2018, p. 121). Na obra, o filho de Periantã e Potyra será o novo Karaíba, responsável por unir os povos para vencer os invasores, ele recebe o nome de Cunhambebe.

A cena final narrada na obra acontece com Cunhambebe avistando o que parece ser um ponto branco no mar e anuncia: “Os fantasmas estão chegando! Os fantasmas estão chegando!”. (Munduruku, 2018, p. 125) O grito repetido ecoa, enfatizando o cumprimento da profecia, acarretando grandes mudanças no modo de vida dos povos nativos. O fantasma da obra faz referência aos colonizadores portugueses, e o autor enfatiza que “essa história do Pré-Brasil conhecida pelos nativos acaba quando começa a história narrada pelos invasores” (Munduruku, 2018, p. 129).

A metaficção historiográfica, conceito central na obra de Linda Hutcheon (1991), é uma forma de narrativa que combina elementos de ficção e história para questionar a relação entre os fatos históricos e suas representações. A narrativa metaficcional destaca a natureza construída da história e da literatura, mostrando que ambas são interpretadas e mediadas por perspectivas culturais, ideológicas e subjetivas. Dessa forma, a metaficção historiográfica na obra analisada desafia a ideia de uma verdade histórica objetiva e subverte narrativas hegemônicas, dando espaço para vozes marginalizadas.

Desta forma, pode-se compreender que a partir da metaficção historiográfica, a obra analisada representa de forma detalhada os aspectos sociais e organizacionais das comunidades indígenas, mostrando que suas culturas são ricas e diversas. Além de evidenciar as relações dentro das comunidades, a obra evidencia suas manifestações cosmogônicas e tradicionais. Portanto, entende-se que os processos que envolvem o desenvolvimento da literatura indígena se configuram como aspectos que podem potencializar as reflexões sobre a cultura indígena brasileira, ampliando as percepções socioculturais destas comunidades, pois, a partir de sua produção literária, “os indígenas se representam como sujeitos dos processos históricos” (Honorato, 2020, p. 245)

## ***5 Considerações finais***

A presente análise objetivou repensar o passado histórico do Brasil através de sua revisitação por via da literatura. Considerando o texto literário como fonte de produção histórica, tomamos a Literatura Indígena como escopo, compreendendo-a enquanto ponto de expressão deste grupo social, que potencializa suas vozes através da expressão estética. Fazendo

uso da ficção, portanto, a Literatura Indígena reconta a história e mostra um mundo diferente do descrito e naturalizado por nós como verdade inabalável, rompendo estereótipos criados pelo cânone literário português.

Tudo o que discutimos aqui, nos leva a concluir que, a partir da produção Literária Indígena, é possível conhecer uma versão do passado histórico do Brasil, no qual os povos nativos não são selvagens, bárbaros ou canibais, mas que existe um mundo que, mesmo sendo construído de forma distinta das perspectivas eurocêntricas, evidencia a presença de uma sociedade organizada, habitada por seres humanos sensatos, sensíveis e apegados a valores culturais e tradições. Desta forma, a Literatura Indígena tensiona o campo literário, apresentando novas percepções que contrapõem os escritos literários canônicos.

Este estudo, em especial, pretende contribuir para que as vozes dos povos nativos sejam potencializadas, acarretando a melhor compreensão sobre os aspectos que envolvem a pluralidade cultural brasileira, assim como a importância basilar dos povos nativos para a construção identitária e cultural do Brasil, bem como seu protagonismo frente à luta contra o seu silenciamento e invisibilização desencadeadas pelas relações de poder.

Sendo assim, não almejamos encerrar as discussões a respeito deste fenômeno, mas sim apontar caminhos para que as problematizações possam ser refletidas de maneira mais ampla e sistemática, de forma a tornar essa temática mais presente na vivência acadêmica e estudantil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Inês de; QUEIROZ, Sônia. *Na captura da voz: As edições da narrativa oral no Brasil*. Belo Horizonte: A Autêntica; FALE/UFMG, 2004.

AUSTIN, Alfredo López. La cosmovisión de la tradición mesoamericana: tercera parte. *Arqueología mexicana*, Cidade do México, v. 68, n. 70, p. 7-90, 2016.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 1, n. 3, p. 94-109, 2010.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.

CROCE, Benedetto; FERNÁNDEZ, Guillermo. *Poesía y no poesía: notas sobre la literatura europea del siglo XIX*. Cidade do México, D.F.: UNAM, Coordinación de Humanidades, 1998.

DAVI, Tânia Nunes. *Subterrâneos do autoritarismo em Memórias do Cárcere (de Graciliano Ramos e de Nelson Pereira dos Santos)*. Uberlândia: EDUFU, 2007.

*Organon*, Porto Alegre, v. 40, n. 79, set 2024/mar. 2025.

DOI: 10.22456/2238-8915.144803

- DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco. *Literatura Indígena brasileira contemporânea*. Criação, Crítica e Recepção. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- GIL, Antônio Carlos; *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GODET, Rita. Traumas e travessias: a alteridade ameríndia e as fronteiras simbólicas da nação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 39, p. 63-79, 2012.
- GUESSE, Érika Bergamasco. Da oralidade à escrita: os mitos e a literatura indígena no Brasil. In: SILEL. *Anais*. v. 2, n. 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. p. 1-11.
- GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- HONORATO, Suene. Estratégias narrativas em *O Karaíba*, de Daniel Munduruku: recusa da perspectiva histórica genocida. *Contexto*, Vitória, v. 1, n. 37, p. 241-262, 2020.
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo – história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- KAMBEBBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.
- KAUSS, Vera Lucia Teixeira; PERUZZO, Adreana. A inserção da mulher indígena brasileira na sociedade contemporânea através da literatura. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 32-32. 2012.
- KRENAK, Ailton. *Conversas com pensadores indígenas*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2020.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.
- MELO, Carlos Augusto; DUARTE, Zuleide. O imaginário mítico indígena e africano - cosmogonias e outras criações imaginárias na literatura e nas artes. *Téssera*, Uberlândia, v. 4, n. 1, p. 01-09, 2021.
- MUNDURUKU, Daniel. *O Karaíba: uma história do Pré-Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 2018.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Flores da escrivantina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

POTIGUARA, Eliane. *A terra é a mãe do índio – Nhádecy*. In: GRUMIN (Grupo Mulher – Educação Indígena). Minas Gerais. Belo Horizonte: PUC-Minas Gerais, 1989. p. 17-32

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Maria Lucilélia Gonçalves *et al.* Unidades curriculares eletivas do Ensino Médio cearense na área de Linguagens: reflexões sobre o apagamento das culturas indígenas. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 21, n. 1, p. 1-e244819, 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra R. Goulart Almeida; Marcos Feitosa; André Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIÉL, Janice Cristine. A Literatura dos povos indígenas e a formação do leitor multicultural. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 1175-1189, 2013.

Texto submetido em: 20 dez. 2024

Aceito para publicação em: 06 mar. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.144803>